O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

PANDEMIA FOMENTA MUDANÇAS NO AGRO

A MÚSICA continua a mesma para 2020: inflação baixa, inferior a 2% no ano; taxa básica de juros da economia (Selic) também ao redor de 2% a.a.; e dólar flutuando bastante. A moeda norte-americana já deveria estar valendo menos em relação ao real. Para o final do ano, o dólar deve estar próximo a R$ 5,00, a não ser que mais algum fato relevante ocorra nos contextos econômico e/ou político. Juntamente à divulgação desta edição da ***Agroanalysis***, deve ser anunciado um pacote de medidas do governo com alterações na política tributária e, talvez, alguma reforma administrativa, além de uma alteração no programa de sustentação de renda.

Os produtores rurais devem continuar muito atentos aos preços dos insumos e dos produtos que são atrelados ao dólar, para comprar e vender. Alguns setores, como o de soja, continuarão muito bem.

No contexto da política agrícola, vemos as taxas de juros reais do crédito rural chegando a 4% a 5% ao ano. Esse é justamente o grande cuidado que os produtores devem ter na hora de tomar a decisão sobre a contratação de financiamento, uma vez que não estão acostumados a pagar juros tão altos. Para analisar as mudanças na política de financiamento do agro e descrever os critérios de definição da taxa de juros do crédito rural, traz-se, para a entrevista do mês, Wilson Vaz de Araújo, diretor do Departamento de Crédito e Informação da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DCI/SPA/MAPA). Como esse é um assunto que merece muita atenção, a próxima edição da ***Agroanalysis*** tratará mais sobre ele.

Ainda nesse contexto, a Lei nº 13.986, de 7 de abril de 2020, chamada de "Nova Lei do Agro", estabeleceu medidas para incentivar a maior participação no financiamento privado no agro. No entanto, restam muitas dúvidas sobre a sua constituição e a segurança para as operações financeiras. Uma das medidas mais inovadoras foi a criação do Patrimônio Rural em Afetação (PRA), o qual analisamos em detalhe nesta edição. Uma definição extremamente importante para aumentar a adoção do PRA foi que a área indicada nele não se submete aos efeitos da recuperação judicial ou da falência do proprietário.

Em tempos de plena pandemia, cabe observar as mudanças em transição no campo. Pode-se identificar que todas as tecnologias (atuais ou futuras) projetam o agricultor para um só lado: maior profissionalização e uso de tecnologia e conhecimento para lidar com dados e decisões complexas. Isso gera uma série de implicações para a indústria. Com as transformações digitais em curso, o produtor passa a ter um acesso maior a informações que podem o ajudar na tomada de decisão. As empresas do agronegócio são impulsionadas a pensar em formas inovadoras para se manterem competitivas, tendo a tecnologia como alavanca, de modo a criarem valor para os produtores e em cada estágio do processo produtivo.

Outro fator com repercussão evidente sobre o ambiente de negócios mundialmente, que tem feito o setor repensar o uso de técnicas de produção no agro, é a pressão para redução das emissões de gases do efeito estufa (GEE). Nesse sentido, novas exigências e oportunidades de negócio devem surgir com esse movimento voltado ao emprego de energias limpas. No Brasil, o passo mais importante para explorar o potencial dos combustíveis renováveis foi a Política Nacional de Biocombustíveis (o RenovaBio). Como um de seus pilares, os produtores de biocombustíveis poderão emitir Créditos de Descarbonização por Biocombustíveis (CBios), títulos que poderão ser comprados por empresas que queiram neutralizar suas emissões de GEE. E

a comercialização de CBios pode estabelecer um mercado de títulos verdes.

O Caderno Especial da edição vem em comemoração aos 55 anos da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (ANEC), a qual destaca um dos maiores sucessos do Brasil no agro: o binômio composto pelo plantio/colheita de duas culturas importantes, a soja e o milho, numa mesma safra. Esse caso não possui paralelo no mundo. A entidade traz, também, uma visão sobre a importância das práticas sustentáveis desenvolvidas pela agropecuária com a elaboração de contratos inteligentes para exportação.

No campo tecnológico, um artigo assinado pela Associação Nacional dos Produtores e Importadores de Inoculantes (ANPII) mostra o impacto direto sobre os ganhos de produtividade da sojicultora trazido pelo uso de inoculantes – insumo este responsável por levar as bactérias fixadoras de nitrogênio ao solo. Se tal insumo fosse utilizado por todos os produtores, o Brasil teria um significativo acréscimo no volume de produção.

Por fim, para o Brasil sustentar a sua posição de destaque na produção de *commodities* agrícolas e continuar crescendo na oferta de alimentos para o mundo, o setor demanda capital. Assim, destaca-se a discussão sobre o financiamento do agronegócio promovida pelos Conselhos Superiores do Agronegócio (Cosag) e de Economia (Cosec), ambos da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Um dos presentes na ocasião foi o presidente do Banco Central do Brasil (BCB), Roberto Campos Neto, que discorreu sobre os avanços normativos já em curso na política agrícola do País. Outros representantes do setor privado também puderam apresentar suas visões. Curiosamente, não se disse uma palavra sobre o custo do crédito... ■

LEIA A *AGROANALYSIS* NA INTERNET E NOS ACOMPANHE NAS REDES SOCIAIS.

INSTAGRAM: /FGVAGRO
FACEBOOK: /FGVAGRO
TWITTER: @FGVAGROANALYSIS
YOUTUBE: FGV AGRO

WWW.AGROANALYSIS.COM.BR

